

**Escola de Governo  
do Distrito Federal**

**Secretaria Executiva  
de Gestão Administrativa**

**Secretaria de Economia**



Curso  
**Gestão e fiscalização de contratos**

**Apresentação de apoio**

A elaboração, a formatação e a revisão do material didático são de responsabilidade da instrutoria.

**Escola de Governo do Distrito Federal**

Endereço: SGON Quadra 1 Área Especial 1 – Brasília/DF – CEP: 70610-610

Telefones: (61) 3344-0074 / 3344-0063

[www.egov.df.gov.br](http://www.egov.df.gov.br)

1) Segundo o Art. 18º da Lei 14.133/21, a fase preparatória é caracterizada pelo planejamento e pelos seguintes documentos, exceto:

- a) Descrição das necessidades fundamentada no Estudo Técnico Preliminar;
- b) Orçamento Estimado, com suas composições;
- c) Definição do objeto por meio de Termo de Referência, Anteprojeto, Projeto Básico ou Executivo;
- d) Elaboração do Edital de Licitação.
- e) Análise de Riscos em todos os casos.

2) São aplicáveis à Gestão e/ou Formalização de Contratos as seguintes legislações:

I – Lei Complementar 840/2011;

II – Lei 14.133/21;

III – Decreto nº 32.598/2010.

Escolher uma resposta correta:

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III
- d) I, II e III;
- e) Nenhum

3) Segundo o Art. 6º da Lei 14.133/21, dentre suas definições importantes, serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles cujo modelo de execução exige, entre outros requisitos, exceto:

- a) Os empregados da contratada fiquem a disposição nas dependências do contratante;
- b) O contrato não compartilhe os recursos humanos e materiais;
- c) O contratado possibilite a fiscalização pelo contratante;
- d) A impossibilidade de exigência de abertura de conta vinculada;

4) Com relação ao percentual de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do contrato descrito na Lei 14.133/21, considere os itens a seguir:

- I – O limite de acréscimo ou supressões é de 25% para serviços e compras;
- II – O limite de acréscimo ou supressões é de 50% para obras;
- III – O limite de acréscimo é de 50% para reforma de edifício ou equipamento.

Escolher uma resposta correta:

- a) I, II e III;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I e II;
- e) Nenhuma.

5) É da competência e responsabilidade do executor, nos termos do Art. 41 do Decreto Distrital nº. 32. 598/2010, exceto:

- a) Verificar o cumprimento do cronograma;
- b) Dar ciência sobre as ocorrências e alterações necessárias ao projeto;
- c) Atestar a conclusão das etapas ajustadas;
- d) Remeter, até o 5º (quinto) dia útil do bimestre subsequente, relatório de acompanhamento das obras ou serviços;
- e) Analisar, atestar e conceder os reajustes.

6) Tendo um licitante sido vencedor em uma licitação para fornecimento de alimentação preparada em restaurante comunitário do Distrito Federal, foi chamado a prestar garantia nos termos do Art. 96 da Lei nº. 14.133/21. As alternativas para essa empresa prestar a garantia são descritas a seguir, exceto:

- a) Caução em dinheiro;
- b) Seguro Garantia;
- c) Fiança Bancária;
- d) Caução em Cheque;
- e) Títulos de Capitalização ou da Dívida Pública.

7) Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I Prestação de serviço contínuo é aquele cuja interrupção pode comprometer significativamente a continuidade das atividades da Administração.

II Em relação aos serviços contínuos não é necessário que o executor apresente relatório ou demonstrativo dos serviços executados correspondentes a cada fatura apresentada.

III Em relação à prestação de serviços de engenharia a subcontratação só será possível, dentre outros aspectos, se estiver prevista no edital de licitação.

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) Nenhuma

8) O jogo de planilha é verificado em virtude de várias circunstâncias e causas diferentes, mas, principalmente, devido aos seguintes fatores, exceto:

- a) Acréscimo de quantidades de itens originais com sobrepreços;
- b) Decréscimo ou supressão de quantidades de itens originais com subpreços;
- c) Alteração de preços originais por meio de termos aditivos (reequilíbrio econômico-financeiro);
- d) Inclusão de itens novos com sobrepreços;
- e) Reajuste após um ano da data proposta vencedora.

9) Julgue os itens a seguir e indique a alternativa correta:

I O chamado “Jogo de Preço” é considerado nos Tribunais de Contas como uma desfiguração do objeto contratado para realização de aditivos acima do limite fixado na Lei 8666/93.

II Serão facultativos os contratos oriundos de Procedimento de Licitação na Modalidade Convite, quando a entrega depender de obrigação futura e parcelada, conforme Art. 62, §4, da Lei 8666/93;

III O Recebimento Definitivo deverá ser realizado um ano após o Recebimento Provisório, conforme Art. 73, §3º, da Lei 8.666/93.

- a) Somente I;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) Nenhuma das alternativas.

10) Julgue os itens a seguir em relação aos direitos do Gestor e indique a alternativa correta:

I O servidor não pode recusar-se a cumprir tarefas que sejam compatíveis com o nível de complexidade das atribuições de seu cargo, então não poderá recusar-se em ser gestor de qualquer contrato.

II Ao gestor deve ser entregue toda a documentação necessária ao acompanhamento e fiscalização do contrato.

III O servidor designado como gestor de um contrato pode solicitar a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações.

- a) Somente I;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) Nenhuma das alternativas.

11) Julgue os itens seguintes e marque a alternativa correta em relação aos executores de contrato:

I – Nos processos relativos a compras, o servidor comissionado, sem vínculo, poderá atuar em contratos com valor até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

II – Nos processos relativos a serviços executados de forma contínua, o servidor comissionado, sem vínculo, poderá atuar nos contratos com valor até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

III – Cada executor poderá atuar em até 03 (três) contratos e 03 (três) convênios.

Escolher uma resposta:

- a) I, II e III
- b) I e III
- c) II e III
- d) I e II
- e) em nenhuma

12) Julgue os itens seguintes e marque a alternativa correta em relação às atribuições dos executores de contrato:

I) É atribuição informar ao ordenador de despesas o vencimento do contrato.

III) Não é considerada atribuição do Gestor acompanhar a documentação pertinente do contrato, e sim, e somente, da Gerência responsável pelo contrato.

III) Controlar o saldo contratual em paralelo ao cronograma físico do contrato.

Escolher uma resposta:

- a) I, II e III
- b) I e III
- c) II e III
- d) I e II
- e) em nenhuma

13) Julgue os itens seguintes em relação ao atesto e marque a alternativa correta:

I) O atesto da fatura é o ato que confirma que a compra foi feita observando os princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública.

II) O atesto autoriza a fase do empenho, sendo, portanto, a fase da liquidação.

III) A responsabilidade é equivalente aos fatos decorrentes (acertos e erros).

Escolher uma resposta:

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) I e III
- d) I e II
- e) em nenhuma

14) Julgue os itens seguintes em relação a alteração dos contratos e marque a alternativa correta:

I) Os contratos regidos pela Lei 14.133/21 poderão ser alterados, com as devidas justificativas, por acordo entre as partes, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; (alteração **qualitativa**)

II) Unilateralmente os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas quando conveniente a substituição da garantia de execução

III) A alteração contratual qualitativa afeta a quantidade e obrigatoriamente os seus valores.

Escolher uma resposta:

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) I e III
- d) I e II
- e) em nenhuma

15) Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, exceto:

- a) advertência;
- b) multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública federal, estadual ou municipal.
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar somente com a Administração Pública que formalizou o ato.

16) Julgue os itens seguintes e marque a alternativa correta:

I) No Distrito Federal o valor das multas e a forma de aplicação das sanções administrativas aplicáveis estão inteiramente disciplinadas pelo Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006 ;

II) Os crimes definidos na Lei 8666/93, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo;

III) A pena imposta será acrescida de dois terços, quando os autores dos crimes previstos nesta Lei forem ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança em órgão da Administração direta, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública, ou outra entidade controlada direta ou indiretamente pelo Poder Público.

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) Nenhuma.

17) Julgue os itens seguintes e marque a alternativa correta:

I) Segundo a Lei 14.133/21, constitui crime admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade;

II) Incide na mesma pena o contratado que não concorreu para a consumação da ilegalidade, mas mesmo assim obtém vantagem ou se beneficia das modificações ou prorrogações contratuais;

III) O controle externo, a cargo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, será exercido com o auxílio do Controle Interno do Distrito Federal.

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) Somente I.

18) Julgue os itens seguintes e marque a alternativa correta:

I) O servidor responde penal, civil e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, contudo as sanções civis, penais e administrativas não podem cumular-se, sendo independentes entre si;

II) A responsabilidade administrativa do servidor é afastada no caso de absolvição penal por falta de provas, com decisão transitada em julgado;

III) A responsabilidade civil somente decorre de atos comissivos, ou seja, de ação, dolosos ou culposos, que resultem em prejuízo ao erário ou a terceiro.

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) Nenhuma.

19) Julgue os itens seguintes e marque a alternativa correta:

I) A perda do cargo público ou a cassação de aposentadoria determinada em decisão judicial transitada em julgado não dispensa a instauração de processo disciplinar, tendo em vista que os processos são independentes, não devendo ser declarada pela autoridade competente.

II) Tratando-se de dano causado a terceiros, responde o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva;

III) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores, e contra eles tem de ser executada, na forma da lei civil, até o limite da herança transferida;

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) Nenhuma.

20) Julgue os itens seguintes e marque a alternativa correta:

I) A responsabilidade administrativa do servidor, observado o prazo prescricional, permanece em relação aos atos praticados fora do exercício do cargo, mesmo após a exoneração;

II) A responsabilidade perante o Tribunal de Contas decorre de atos sujeitos ao controle externo, nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal;

III) A aplicação da sanção cominada à infração disciplinar decorre da responsabilidade administrativa, sem prejuízo de eventual ação civil ou penal.

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) Nenhuma.

21) Segundo o Art. 195 da Lei 840/11, são sanções disciplinares, exceto:

- a) Advertência;
- b) Suspensão com multa;
- c) Destituição do cargo em comissão;
- d) demissão.
- e) Cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

Acórdão 1755/2004 – Plenário:

“A modificação das condições iniciais do contrato por meio de termos aditivos pode representar prejuízo para a Administração, uma vez que retira da proposta da empresa contratada a vantagem comparativa que, à época da licitação, garantiu-lhe a primeira colocação do certame”.

A consensualidade e a razoabilidade pedem espaço para que o reequilíbrio econômico-financeiro integral do Contrato seja restabelecido com base nas atuais tabelas de custo de obras da Administração, as quais refletem posições aferíveis no mercado - que já comporta eventuais reajustes e recomposições -, obedecidos, por óbvio, os quantitativos da proposta original. O que não poderá ocorrer é a execução do contrato fora dos parâmetros de mercado, configurando sobrepreço. Enfim, os patamares de lucratividade da proposta do contratado devem manter-se inalterados.(FERRAZ, 2002).

O direito ao reequilíbrio é conferido, no âmbito do direito público, não somente ao administrado, mas também à Administração, que em nome do interesse público deverá exigí-lo. (VIEIRA, 2001)

O TCU já assinalou que, "estando o preço global no limite aceitável, dado pelo orçamento da licitação, os sobrepreços existentes, devido à falta de critérios de aceitabilidade de preços unitários, apenas causam prejuízos quando se acrescentam quantitativos aos itens de serviço correspondentes, porque, até esse momento, como disse antes, o valor contratado representava o equilíbrio entre preços altos e baixos, apesar do vício de origem. Na hora em que acrescentam quantitativos em itens com sobrepreço, perde-se o equilíbrio que o preço global reproduzia." (Acórdão nº 1.684/2003, rel. Min. Marcos Vilaça). Por isso, será obrigatório subordinar os preços dos quantitativos agregados à verificação de mercado. Isso se traduz no dever de a Administração realizar uma espécie de renegociação de preços unitários, sempre que houver necessidade de alteração contratual (JUSTEN FILHO, 2005).

Segundo o AC 1755/2004-P-TCU, "a solução jurídica para corrigir as distorções causadas pelo jogo de planilha deriva diretamente do texto constitucional, que preconiza, no art. 37, inciso XXI, que devem ser mantidas as condições efetivas da proposta contratada mediante licitação pública. A determinação constitucional visa, antes de tudo, prevenir o enriquecimento ilícito, seja por parte da Administração, seja por parte da empresa contratada, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro durante toda a vigência da avença."

Com isso, "o original equilíbrio econômico-financeiro de um contrato pode ser extraído da diferença percentual observada entre o valor global da proposta e o constante do orçamento-base do órgão licitante. Isso não oblitera a necessidade de prévia verificação da compatibilidade entre o preço orçado pela Administração e o preço de mercado".(AC 1755/2004-P-TCU)

A Lei nº 8.666/1993, instituidora das normas sobre licitações e contratos da Administração Pública, autoriza a aplicação de sanções administrativas, no caso de inexecução total ou parcial do contrato, desde que garantida a prévia defesa.

É possível imputar:

- advertência;
- multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato (sendo esta possível em concomitância às demais sanções);
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após o prazo da sanção de suspensão.

Em termos práticos, aquele que é declarado inidôneo não poderá contratar com a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, enquanto que ao suspenso temporariamente fica vedada a sua contratação pela entidade que impôs esta sanção, até que elididos os motivos.

Considere contrato para execução de hospital por regime de execução integral, cujo cronograma de execução está previsto para 18 meses, inclusive com a sua previsão no PPA. Julgue as condutas seguintes em relação a essa contratação:

- 1) O contratado encaminhou pedido de reequilíbrio ao executor, tendo em vista que foi instituído após o início do contrato imposto de importação para equipamento da mamografia, afetando a equação da justa remuneração. O executor analisa os documentos, informando que não seria possível devido ao fato de que ainda não havia decorrido um ano da proposta.
- 2) Posteriormente, tendo em vista a negativa do reequilíbrio, o contratado encaminhou pedido de reajuste pelas perdas inflacionárias e pedido de repactuação, tendo em vista a convenção coletiva dos trabalhadores da construção civil, ambas não previstas em contrato. O executor não autorizou os dois ajustes ao mesmo tempo, solicitando a empresa que optasse por um dos expedientes, ou seja, ou o reajuste ou a repactuação.
- 3) No decorrer da execução foi imposta pela administração alteração devido acréscimo do projeto contratado, tendo o ordenador de despesa realizado o aditivo por simples apostilamento.
- 4) Tendo em vista a limitação da duração dos créditos orçamentários o contrato foi assinado somente no prazo do exercício. No ano seguinte, após inscrever o empenho em restos a pagar processados, o Ordenador de Despesa firmou aditivo de prazo com a empresa no cumprimento do restante do cronograma.
- 5) A empresa em dificuldades financeiras alterou a sua finalidade para ampliar o seu escopo de trabalho e melhor atender a administração. O executor atento aos acontecimentos elaborou relatório sugerindo a rescisão do contrato.

- 6) Como o ordenador não autorizou a rescisão, a execução continuou normalmente até a entrega, quando foi solicitado pela empresa o recebimento provisório. Vinte dias depois o executor lavrou o termo circunstanciado e recebeu o hospital sem a instalação das divisórias previstas na tomografia, sendo consignado que a empresa iria executar no próximos dez dias, sendo a última parcela liberada para pagamento.
- 7) A empresa encaminhou pedido de recebimento definitivo setenta e cinco dias após o recebimento provisório, tendo a administração levado oito meses para emitir o termo definitivo. Nesse intervalo, ou seja, decorridos 180 dias, o executor identificou defeitos de funcionamento das lâmpadas da UTI do hospital, sendo emitido relatório e encaminhado a empresa para correção, sob a alegação de que a administração não havia realizado o recebimento definitivo.
- 8) Ainda no decorrer da execução, o contrato foi suspenso três vezes no ano, no total de 150 dias. A empresa, a princípio, solicitou a rescisão do contrato, sendo negado na análise do executor e do ordenador de despesa.

Considere que determinado Órgão da administração direta do Distrito Federal tenha iniciado procedimento licitatório para realizar um serviço de grande vulto, com alta complexidade técnica demonstrada por meio de parecer. A empresa foi escolhido juntamente com a proposta mais vantajosa, sendo realizado o respectivo contrato. Julgue as condutas seguintes em relação a essa contratação:

- 1) O contrato assinado não conteve os direitos e as responsabilidades das partes, sendo formalizado na ordem de serviço;
- 2) A garantia exigida pelo Órgão no edital foi de 5%, sendo recolhida quando da assinatura do contrato.
- 3) No Contrato Social da empresa vencedora constava o nome de um servidor do órgão licitante, sendo que ele não contava como mandatário e sim como comanditário, ou seja, somente era sócio, sem exercer a administração.
- 4) Designado o executor do contrato, este formalizou termo em que informa que não teria condições técnicas para fiscalizar o contrato, sendo necessário contratação no mercado de profissional assistente.
- 5) Diante da recusa do servidor designado, o dirigente do órgão resolveu designar profissional comissionado sem vínculo com a administração.
- 6) Verificou-se que o executor designado pelo órgão era primo do administrador da empresa, tendo o dirigente, por esse motivo, designado outro servidor.

**Regimes de Execução** □**1. Empreitada por preço global**

É aquela em que se ajusta a execução por preço certo, embora possa ser reajustável, previamente estabelecido para a totalidade da obra. O pagamento, no entanto, poderá ser efetuado parceladamente, nas datas prefixadas, na conclusão da obra ou de cada etapa, conforme ajustado entre as partes. É comum nos contratos de empreitada por preço global a exigência da especificação de preços unitários, tendo em vista a obrigação da empresa contratada de aceitar acréscimos ou supressões nos quantitativos dentro dos limites legais (1º, Art. 65).

**2. Empreitada por preço unitário**

É aquela em que se contrata a execução por preço certo de unidades determinadas. Nesta modalidade o preço é ajustado por unidades, que tanto podem ser metros quadrados de muro levantado, como metros cúbicos de concreto fundido. O pagamento é devido após o recebimento de cada unidade. A empreitada por preço unitário é muito utilizada em reformas, quando não se pode prever as quantidades certas e exatas que serão objeto do contrato.

**3. Tarefa**

É o regime de execução próprio para pequenas obras ou para partes de uma obra maior. Refere-se, predominantemente, à mão-de-obra. A tarefa pode ser ajustada por preço certo, global ou unitário, com pagamento efetuado periodicamente, após a verificação ou a medição pelo fiscal do órgão contratante. Em geral, o tarefeiro só concorre com a mão-de-obra e os instrumentos de trabalho, mas nada impede que forneça também pequenos materiais.

**4. Empreitada integral**

É a contratação da integralidade de um empreendimento, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, inclusive projeto executivo, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de ocupação. É uma novidade da atual legislação e está sendo bastante usada para a contratação de redes de microcomputadores, onde o projeto da rede, softwares, equipamentos, instalação elétrica e até treinamento são contratados com um único fornecedor. A grande vantagem desta situação é que somente uma organização se responsabiliza por toda a rede. A desvantagem é que pode ser mais cara, em virtude da subcontratação de alguns elementos da rede, como por exemplo, a instalação elétrica.

Lei 840/2011

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei Complementar, servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público.

**Art. 3º** Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional e cometidas a um servidor público.

**Art. 4º** A investidura em cargo de provimento efetivo depende de prévia aprovação em concurso público.

**Art. 5º** Os cargos em comissão, destinados exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento, são de livre nomeação e exoneração pela autoridade competente.

CF, Art. 40. Aos servidores titulares de cargos EFETIVOS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.  
§ 13 - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de CARGO EM COMISSÃO declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

### **Decisão TCU nº 215/1999.**

a) tanto as alterações contratuais quantitativas - que modificam a dimensão do objeto - quanto as unilaterais qualitativas - que mantêm intangível o objeto, em natureza e em dimensão, estão sujeitas aos limites preestabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, em face do respeito aos direitos do contratado, prescrito no art. 58, I, da mesma Lei, do princípio da proporcionalidade e da necessidade de esses limites serem obrigatoriamente fixados em lei;

### **ADITIVAÇÃO ACIMA DOS LIMITES ESTABELECIDOS NO ART. 65 DA LEI Nº 8.666/1993**

Decisão TCU nº 215/1999.

b) nas hipóteses de alterações contratuais consensuais, qualitativas e excepcionalíssimas de contratos de obras e serviços, é facultado à Administração ultrapassar os limites aludidos no item anterior, observados os princípios da finalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade, além dos direitos patrimoniais do contratante privado, desde que satisfeitos cumulativamente os seguintes pressupostos::

**ADITIVAÇÃO ACIMA DOS LIMITES ESTABELECIDOS NO ART. 65 DA LEI Nº 8.666/1993**

I - não acarretar para a Administração encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual rescisão contratual por razões de interesse público, acrescidos aos custos da elaboração de um novo procedimento licitatório;

II - não possibilitar a inexecução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira do contratado;

III - decorrer de fatos supervenientes que impliquem em dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião da contratação inicial;

**ADITIVAÇÃO ACIMA DOS LIMITES ESTABELECIDOS NO ART. 65 DA LEI Nº 8.666/1993**

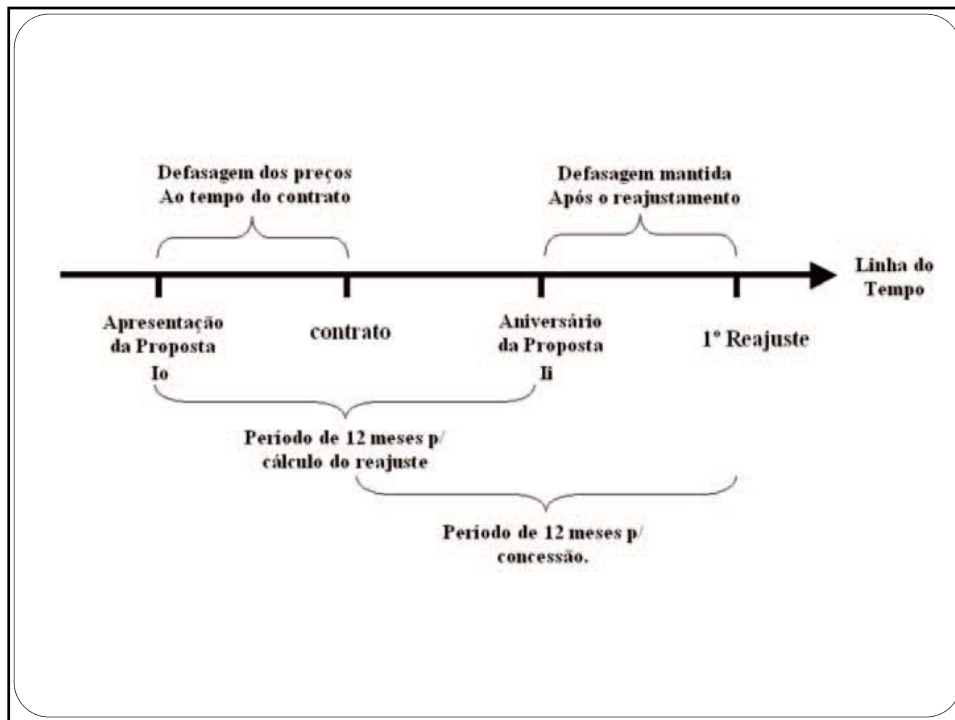
IV - não ocasionar a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos;

V - ser necessária à completa execução do objeto original do contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;

## **ADITIVAÇÃO ACIMA DOS LIMITES ESTABELECIDOS NO ART. 65 DA LEI Nº 8.666/1993**

VI - demonstrar-se - na motivação do ato que autorizar o aditamento contratual que extrapole os limites legais mencionados na alínea "a" Supra - que as consequências da outra alternativa (a rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação) importam sacrifício insuportável ao interesse público primário (interesse coletivo) a ser atendido pela obra ou serviço, ou seja gravíssimas a esse interesse; inclusive quanto à sua urgência e emergência;

Compatibilizando o disposto no § 1º do art. 3º da Lei nº 10.192/01, com o conceito de periodicidade, bem como com a exigência de se manter intactos os contratos firmados por um período de doze meses - previstos, desde 1994, sucessivamente pela Lei nº 8.880/94, Lei nº 9.069/95 e, atualmente ratificada pelo art. 2º da Lei nº 10.192/01, todas em vigor - a melhor interpretação indica a seguinte solução: assinado um contrato, este só poderá ser reajustado após um ano, funcionando como termo inicial para apuração do percentual de reajuste a data limite para a apresentação da proposta ou a do orçamento a que esta se referir (a ser obrigatoriamente eleita pelo órgão público licitante, por ocasião do Edital de Licitação) e como termo final a data de aniversário do evento eleito. Gráficamente é demonstrado como se segue:



#### **Acórdão TCU - 1029/2009 Segunda Câmara**

Abstenha-se de estabelecer prazos de vigência e execução distintos quando da celebração de contratos, uma vez que, desde que os serviços tenham sido prestados dentro do prazo de vigência do contrato, a administração poderá atestar e realizar o pagamento da última parcela após o término da vigência.